



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social

Sub-eixo: Juventude

JOVENS AGRICULTORES(AS) FAMILIARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SIDIMARA CRISTINA DE SOUZA ¹

ANDRÉ AUGUSTO PEREIRA BRANDÃO ²

HEVENLY DOS ANJOS MENDES VENTURA HEVENLY DOS ANJOS MENDES VENTURA ³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a categoria juventude com o intuito de analisar o perfil dos jovens agricultores do Estado do Rio de Janeiro. Para tal caracterização foi utilizado um banco de dados com 1.667 questionários, desses, 105 foram respondidos por jovens. Sendo que 40,95% eram do sexo feminino e 56,05,3% se caracterizavam como negros e 29,89% tinham vínculo afetivo por meio da união estável ou do casamento. O recorte realizado nos permitiu identificar quem são os(as) jovens agricultores(as) familiares que constituem como futuros protagonistas no cenário rural, mesmo que no presente esses sejam estigmatizados e tratados como coadjuvantes.

Palavras-chave: Juventude; Política Social; Rio de Janeiro.

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense

2 Professor com formação outra áreas. Universidade Federal Fluminense

3 Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense

ABSTRACT

This study aims to analyze the youth category in order to analyze the profile of young farmers in the State of Rio de Janeiro. For such characterization, a database with 1,667 questionnaires was used, of which 105 were answered by young people. 40.95% were female and 56.05.3% were black and 29.89% had an affective bond through stable union or marriage. The cut made allowed us to identify who are the young family farmers who constitute as future protagonists in the rural scenario, even if in the present they are stigmatized and treated as supporting actors.

Keywords: Youth; Social Policy; Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente associa-se a categoria jovem a outros grupos, desconsiderando sua identidade construída a partir de elementos como faixa etária, ciclo de vida, geração, representação social, dentre outros (VIEIRA, 2004). Para Carneiro (1999), o jovem é categoria sempre objetivada, que não recebe qualificação específica por parte de quem o analisa. O classificador atribui geralmente características de outros grupos para definir o

jovem. Acaba, portanto, que esse indivíduo seja identificado enquanto “estudante”, “filho do agricultor” (ou da “agricultora”), e outras denominações que não apenas o “jovem”.

Segundo Battestin (2009), a desvalorização do jovem rural pode ser associada ao *status* que ele ocupa no processo de socialização e na divisão das atividades laborais dentro do sistema familiar. Nesta, e na sociedade, o jovem é caracterizado como aprendiz, seja na agricultura familiar, seja em qualquer outra atividade, e isso acaba por tornar-se um dos motivos da invisibilização do jovem rural.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2009), vários esforços têm sido realizados, desde o ano de 2005, no intuito de viabilizar a construção de uma Política Nacional de Juventude. Por esse motivo, a Secretaria Nacional de Juventude tem feito apelos constantes para que os diversos ministérios (no planejamento ou na execução das políticas setoriais) considerem as singularidades da juventude, levando em conta três faixas etárias: de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos, e de 25 a 29 anos.

Para Weisheimer (2009), embora existam diversos critérios cronológicos para delimitar ou caracterizar a juventude (que se mostram convenientes para as pesquisas), o critério de idade cronológica para definir a “juventude” é deficiente e arbitrário. Ele não considera as diferenças entre idade biológica e idade social, uma vez que a categoria juventude é constituída por vários elementos, dentre eles a idade.

Para não subsumir às diferentes realidades, conforme advertência de Bourdieu (1984), para este estudo considera-se o termo “jovens rurais” como os filhos de agricultores familiares rurais, e não a juventude rural em sentido amplo. Assim, não se pretende com o uso da “faixa etária” reduzir ou simplificar um universo que é tão complexo, mas limitar o público em uma amostragem. Neste sentido, o estudo apresentado tem como objetivo analisar a categoria juventude com o intuito de compreender qual o perfil dos jovens agricultores do Estado do Rio de Janeiro.

Para isso, foi realizado um levantamento de dados primários por meio da aplicação de 1.667 questionários, no qual foi identificado 105 jovens dos municípios de todas as mesorregiões do estado do Rio de Janeiro (Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Centro-Fluminense, Baixadas, Metropolitana e Sul Fluminense).

2. OS JOVENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relacionados ao Censo Demográfico 2010 indicam que há, na área rural, cerca de um milhão e duzentos mil homens a mais do que mulheres. Os jovens que permanecem no meio rural, na maioria das vezes, têm baixo nível educacional (ABRAMOVAY *et al.*, 1998), com conseqüente impacto negativo no desenvolvimento agrícola. Por outro lado, o crescimento das cidades brasileiras se deve cada vez menos ao êxodo rural. No período de 1991 a 2000, as estatísticas apontam que 33,1% do crescimento da população urbana ocorreu devido à contribuição da migração rural-urbana, enquanto que no período de 2000 a 2007 houve decréscimo dessa estatística para 19,2% (ALVES e MARRA, 2009).

No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o ambiente rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural se destaca como a faixa demográfica mais afetada por esta dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos. Esta ambiência produz e reproduz sujeitos e sociedades heterogêneas, com pessoas de diversas identidades. É neste campo de disputa e de identidades distintas que se situa o jovem rural com suas metas, desafios e esperanças.

De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) (2020), existem no estado 44 grupos informais de jovens rurais, com cerca de 75% deles ligados à agricultura familiar (mesmo não possuindo a DAP). Sobre isso, destaca a EMATER-RIO (2020) que “em algumas situações, estes jovens são beneficiados indiretamente por meio da DAP emitida para os seus pais, como por exemplos, na comercialização para o mercado institucional e contratação de crédito rural”.

Do total de agricultores familiares pesquisados (1667), 105 eram jovens, representando 10% do número integral. No que tange ao universo absoluto de jovens agricultores no estado do Rio de Janeiro é possível observar que a maior concentração do grupo ocorre na Região Serrana, contabilizando 2.031 jovens. Na sequência, aparece a

região Noroeste, com 18% (1.372 jovens rurais). Foram identificados no Norte 1.171 jovens, ao passo que na região Metropolitana somaram-se 1.076. No Médio Paraíba foram contabilizados 836 representantes da categoria, 730 nas Baixadas Litorâneas, e 462 no Centro Sul Fluminense (EMATER-RIO, 2020).

Somente 40,95% (43) dos 105 jovens agricultores familiares entrevistados são do sexo feminino. Este dado não surpreende, visto que a atividade agrícola familiar continua sendo predominantemente masculina, conforme apresentado na subseção anterior.

Em âmbito nacional, a diferença equivale aos números de agricultores e pescadores do estado do Rio de Janeiro anteriormente apresentados. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, no que se refere aos produtores jovens (menores de 25 anos), há grande desigualdade de gênero. Jovens produtores do sexo masculino são cerca de 75% do total analisado; o sexo feminino soma os 25% restantes.

Ainda quanto à desigualdade de gênero no ambiente rural, o mesmo Censo Agropecuário traz informações importantes acerca do grau de alfabetização dos agricultores. De acordo com os dados, o número de homens agricultores brasileiros que sabem ler e escrever entre os pesquisados (77,4%) é maior em relação ao número de mulheres (75,2%), o que revela mais um aspecto de desigualdade de gênero e de oportunidades no campo.

Há ainda, de acordo com o mesmo Censo, um outro coeficiente digno de nota. Trata-se dos estabelecimentos rurais no Brasil com faixa de área menor que um hectare que apresentam proporção de gênero mais equilibrada, mas não igual: dois homens para uma mulher. Conforme a área do estabelecimento cresce, a proporção de homens para mulheres aumenta de forma exacerbada. Esse fator ilustra acertadamente a predominância masculina no campo.

É importante destacar que a hegemonia do sexo masculino nas áreas agrícolas muito provavelmente está associada ao patriarcalismo rural, marca histórica no campo, a qual contribui para a inferioridade de gênero nos núcleos familiares. Como ressalta Battestin (2009), essa subordinação contribui para o êxodo da juventude rural para a cidade, em especial o das mulheres, que não possuem grandes oportunidades no campo e vão buscar melhores condições de vida nas cidades. Esses aspectos afetam diretamente a

continuidade da atividade rural pelos mais novos. Segundo Stropasolas (2006, p. 73), tal fato altera toda a estrutura da atividade agrícola familiar e assim “[...] modificam-se também as relações da pequena produção com a natureza, com o trabalho, com a família, com a terra e as relações de herança”. O autor afirma que essa alteração, primeiramente associada à questão econômica, ganha respaldo em questionamentos valorativos.

Por mais que este quadro venha se revertendo lentamente, o papel social da mulher continua sendo atrelado ao cuidado, às atividades domésticas e à submissão ao homem, vieses que contribuem para o êxodo rural, assim como a falta de emprego e de renda no campo. Em suma, trata-se de um ambiente em que a mulher é vítima da violência de gênero. Todos esses fatores levam ao questionamento: quem sucederá a produção da agricultura familiar se os jovens continuarem sem oportunidades no campo?

A partir da pesquisa realizada com agricultores familiares e pescadores, por meio dos cadastros da DAP, é possível perceber o envelhecimento do grupo ativo dessa atividade. Entre os pescadores e os agricultores, a participação do jovem é mínima, não atingindo 11% em ambas as atividades. Em âmbito nacional, os números com relação ao envelhecimento dos produtores rurais não são diferentes. A desproporção de faixa etária é ainda maior quando se trata de administradores rurais, sendo que apenas 2% possuíam menos de 25 anos de acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017)

Quanto à cor dos jovens na agricultura familiar, 56,05,3% (51) se caracteriza como negro, termo que considera a junção de pardos e pretos. O mesmo ocorre entre os jovens pescadores, com 68% (17) dos declarantes pretos ou pardos. Em âmbito nacional, os números quanto à cor dos jovens rurais são mais parecidos com os dos jovens pescadores citados anteriormente. A maioria se declara branca (46%) ou parda (43%), seguida da cor preta (10%) e, por fim, amarelos e indígenas (IBGE, 2017). Cumpre ressaltar que, ao assumirem a identidade negra, os jovens pesquisados ficam expostos aos reflexos discriminatórios do racismo estrutural da sociedade brasileira, como já levantado anteriormente. Para fugir disso, muitos tentam se enquadrar na categoria “pardo” (o que pode levar a uma subnotificação da categoria “preto”), dado a dificuldade que representa assumir-se negro em um país onde o racismo estrutural é forte e brutal, como é no Brasil.

Conforme o Mapa da Violência (2017), o perfil das principais vítimas de homicídio no Brasil é o do jovem negro com idade entre 15 e 29 anos. Só no estado do Rio de Janeiro,

foram 3.576 homicídios de jovens nessa faixa etária no ano de 2017, com maioria expressiva de homens negros. Mesmo em espaços rurais, a cor preta carrega marcas históricas de violência contra a sua população, escravizada e abandonada à própria sorte, principalmente com a proliferação do mito da democracia racial. Importante destacar que o campo se caracteriza por ser um espaço periférico e, por isso, acometido de outras discriminações e “violências simbólicas”. De acordo com o Índice de Vulnerabilidade da Juventude,

[...] em todos os estados haveria redução da vulnerabilidade juvenil à violência, se a desigualdade racial não existisse. Seus resultados não poderiam ser mais explícitos, ou seja, um fator central da agenda de inclusão social e de um novo modelo de desenvolvimento brasileiro deve ser o da redução das desigualdades raciais, até como instrumento de prevenção das absurdas taxas de mortes violentas no país (BRASIL, 2015, p. 40).

No que tange ao estado civil dos jovens, é possível verificar que 29,89% dos entrevistados têm vínculo afetivo por meio da união estável ou do casamento (26). Contudo, 68,97% (60) encontrava-se solteiro e apenas 1,15% (1) jovem era viúva. Quanto aos jovens pescadores, a situação não é muito diferente, a maioria se caracteriza como solteiro, representando 62,50% (15) e 37,5% (9) tinham uma união estável. Verifica-se que os jovens rurais vêm retardando o matrimônio, seja para estudar ou para buscar a estabilidade financeira antes de constituir família. É necessário destacar que, entre as mulheres, o casamento é mais recorrente, o que aponta para um possível intuito de desvincularem-se da família parental (essa desvinculação acontece mais cedo nas mulheres do que nos homens), da submissão patriarcal ou, ainda, de ter mais liberdade individual.

A pesquisa de Battestin (2009) realizada no município de Anchieta, no Espírito Santo, registrou 83% solteiros, 16,5% casados e somente 0,5% separados. Nesta pesquisa, diferentemente, houve registro significativo de jovens em união estável. Entre jovens agricultores familiares e pescadores entrevistados, apenas um agricultor relatou ter filhos, dado este que pode ser identificado como positivo se analisado pelo prisma da diminuição da gravidez precoce na adolescência, muito comum quando jovens se casam ou constituem união estável demasiadamente cedo.

Quando se pensa em zona rural e/ou agricultura familiar, conclui-se de imediato que o casamento ainda seja utilizado como válvula de escape, principalmente no que se refere às mulheres quando em fuga do contexto de submissão. Para os pais, isso significa ter menos um membro na família para ser alimentado. Para muitos jovens, encontrar um parceiro é uma oportunidade de sair da casa dos pais e se mudar para outro espaço, já que os vínculos criados, na maioria das vezes, são com pessoas externas às comunidades. Segundo Castro (2005, p. 162), “o casamento externo pode indicar uma maior valorização dos rapazes da cidade, visando romper com a autoridade paterna”, bem como “o interesse por serviços e estilo de vida urbano”. A autora também ressalta que o matrimônio, para muitos dos jovens, também pode se caracterizar como uma tentativa de distanciamento do paternalismo e do controle comunitário, muito comum na zona rural.

No caso dos jovens pesquisados, pode-se afirmar que o casamento oficializado vem perdendo força, tendo em vista que a maioria vem optando pela união estável. Isso pode indicar duas situações distintas: a) existem muitos jovens receosos em institucionalizar suas uniões; e b) há muitos jovens solteiros. Esse dado vai ao encontro da pesquisa de Abramo e Branco (2011), denominada *Retratos da Juventude Brasileira*, a qual constata que o casamento tem acontecido um pouco mais tarde na vida dos jovens, independente do sexo, aspecto que pode estar atrelado à busca por escolaridade e melhores condições de trabalho.

Nesta pesquisa de campo, a maioria dos entrevistados declararam possuir o ensino médio, conforme destacado na Tabela 1. Dado que converge com os estudos de Abramo e Branco (2011). Quando questionados se sabiam ler ou escrever: sete jovens agricultores (7,53% dos 93 que responderam esta questão) indicaram não saber.

Tabela 1. Escolaridade dos jovens da agricultura familiar

Não informado: 46 (43,81%)		
Escolaridade (completo ou incompleto) (jovens)	Frequência	%
Alfabetização de jovens e adultos (AJA)	2	3,39%
Antigo primário (elementar)	6	10,17%
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	1	1,69%

Regularizar do ensino fundamental ou 1º grau	4	6,78%
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	5	8,47%
Educação de jovens e adultos (EJA) do ensino fundamental ou 1º grau	2	3,39%
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	2	3,39%
Regular do ensino médio ou do 2º grau	31	52,54%
Técnico do ensino médio ou do 2º grau	1	1,69%
Superior – graduação	5	8,47%
Total Geral	59	100%

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Dentre os jovens pescadores, apenas 1 dos 30 não respondeu a esta questão, os demais indicaram serem alfabetizados. Ademais, podemos observar que a realidade dos jovens pescadores converge com a da agricultura familiar, visto que grande parte dos pesquisados possui o ensino médio. Todos os jovens pescadores sabem ler e escrever. Deste total, 25,93% (7) declararam ter estudado até o ensino fundamental e 70,37% (19) afirmaram possuir o ensino médio. Apenas 3,7% (1) possui ensino superior e um único jovem declarou possuir curso ou treinamento de qualificação profissional de nível médio voltado à atividade pesqueira (esse caso evidencia janela de oportunidade para oferta de cursos técnicos e treinamentos na área). Apesar de praticamente todos se autodeclararem alfabetizados (29 dos 30, 1 não respondeu se sabia ler ou escrever), 10% (3 jovens dos 30) não responderam até que etapa da educação formal conseguiram chegar. Cumpre ressaltar que os entrevistados pertencem à faixa etária de 16 a 29 anos, ou seja, muitos deles ainda se encontram em idade escolar e estão realizando seus estudos. Isso certamente pode justificar o percentual baixíssimo de indivíduos com ensino superior⁴. Na agricultura familiar, dentre os 59 que responderam a última etapa de escolaridade que cursaram, 54 indicaram se haviam completado ou não a etapa indicada. Dentre estes 54, 24 jovens agricultores

4 Todos possuem idade igual ou maior a 18 anos, o que lhes permitiria estar cursando o ensino superior caso tivessem seguido uma projeção normal entre os anos da educação básica, e tivessem tentado e passado no vestibular.

(44,44% do total) não haviam completado a última etapa que indicaram ter cursado ou que estavam cursando, enquanto 30 (55,56%) já haviam a fase de ensino indicada.

Os dados de escolaridade dos jovens rurais revelam a necessidade de ações governamentais que possibilitem a inserção deles no ensino superior, bem como a ampliação de recursos para os programas existentes, como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo. De acordo com o Ministério da Educação (2020), o Programa tem por objetivo apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo em instituições públicas de nível superior.

Em sua maioria, os jovens estudados possuem mais de dez anos de ensino formal. Segundo Carneiro (1999), o grau de escolaridade entre os jovens rurais tem crescido gradativamente, mas ainda há evasão escolar significativa, principalmente daqueles que assumem a responsabilidade da terra, isto é, da produção agrícola da família.

Outra característica atrelada aos jovens agricultores refere-se ao fato de a maioria não possuir cursos ou treinamentos de qualificação profissional. Dos jovens entrevistados que responderam esta questão (53 de 105), apenas 13 (12,38%) possuem qualificação dessa natureza. Trata-se de um problema que reforça a necessidade de incentivos profissionais na zona rural, sobretudo para os jovens. A dificuldade de continuidade do estudo é, desde sempre, um desafio no espaço rural, muito por conta da distância dos estabelecimentos de ensino, da falta de transporte escolar ou mesmo da ausência de tempo para o estudo diante da necessidade de o jovem ter de contribuir para o sustento da família. Todos esses fatores precisam ser levados em consideração e ponderados no processo de elaboração de políticas públicas que busquem contribuir com a permanência do jovem no campo.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o grau de instrução dos produtores rurais em âmbito nacional não ultrapassa o antigo primário. Nesse caso, os dados citados anteriormente assemelham-se com os levantados sobre os jovens agricultores. Isso demonstra a baixa escolaridade desse grupo e reforça a necessidade de políticas educacionais para o meio rural.

Quanto ao tempo de atuação na atividade, de acordo com os dados levantados, a porcentagem dos jovens pesqueiros que atuam na área há mais de seis anos é de 75,86%

(32), desses, 20,69% (6) atuam a mais de dez anos. Esses dados permitem supor que esses jovens em sua maioria nunca exerceram outras atividades profissionais por terem sido inseridos na atividade pesqueira ainda muito cedo, ocasionando a evasão escolar prematura.

Na agricultura familiar, o tempo de atuação na atividade é ainda maior, chegando a mais de 15 anos, representando o universo de 13,10% (11) dos jovens entrevistados. Isso revela a prevalência do trabalho infantil na zona rural do estado Rio de Janeiro (é importante ter em vista o público-alvo desta pesquisa: jovens de 15 a 29 anos). Sete dos jovens entrevistados (8,33% do total) afirmaram trabalhar há mais de quinze anos, ou seja, começaram em suas atividades ainda quando muito crianças, com oito anos de idade ou menos.

Todavia, deve-se enfatizar que:

A decisão de a criança trabalhar, ou não, fica parecendo uma deliberação familiar ou, dito de outro modo, de pobreza de oportunidades, outra face da mesma moeda. Nesta, as crianças vão ao trabalho porque não têm outras oportunidades. Levando em consideração que, no Brasil, as crianças frequentam escolas apenas durante meio período, que existem dificuldades de guarda dos filhos, que persistem distâncias muito grandes entre a escola e a casa, tudo isto pode concorrer na deliberação familiar de pôr os filhos para trabalhar, ao invés de deixá-los ociosos (CONDE, 2012, p. 21).

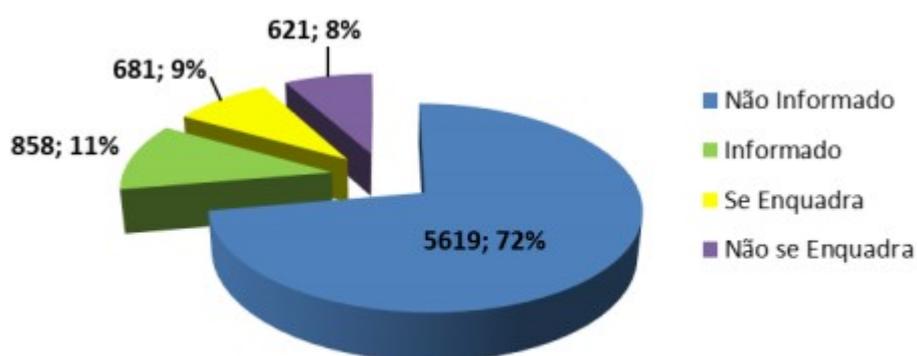
Os dados revelam grave violação, nos espaços rurais, dos direitos da criança ao se constatar o início das atividades laborais em tenras idades. É importante considerar, ao se fazer uma análise justa de tais dados, que os diversos problemas sociais brasileiros exigem tomada de medidas emergenciais por parte das famílias, uma vez que a rede de proteção social estatal é limitada e falha, e a busca por sobrevivência é grande. Não se trata aqui, com essa constatação, da tentativa de se realizar uma defesa do trabalho infantil, porém não é razoável simplesmente culpabilizar os pais e deixar de enfatizar a responsabilidade do Estado no que se refere ao enfrentamento dessa questão.

Para 51,52% (51) dos jovens agricultores (99 de 105 responderam esta questão), a produção agrícola é a principal fonte de renda, e 64% (32) alegaram não ter outra atividade (50 de 105 responderam esta questão). Entre os pescadores, 90% (27) têm na pesca sua principal fonte de renda. O percentual de 15,38% (2) afirmou trabalhar no ramo da aquicultura, isto é, também na área pesqueira. E 76,92% (10) indicaram só ter a pesca como

atividade laboral.⁵ Claro está o quanto a pesca é importante para esses jovens, daí a relevância de políticas públicas voltadas à capacitação e fomento da atividade, conforme já destacado.

De acordo com a EMATER-RIO (2020), apenas 9% dos jovens rurais do estado do Rio de Janeiro se enquadram nos critérios exigidos para obtenção da DAP. Contudo, 72% não informaram sua situação com relação ao documento. Como pode ser analisado no Gráfico 1, o acesso à DAP ainda é bem restrito no que tange à juventude rural, dado também identificado na totalidade dos agricultores familiares pesquisados, independente da faixa etária. Em síntese, pode-se afirmar que, no estado do Rio de Janeiro, apenas 11% dos jovens rurais dispunham (no momento da pesquisa) de informações de sua DAP. Isso significa que apenas um pequeno grupo de jovens rurais conseguia acessar políticas públicas como o PRONAF, PAA, PNAE, dentre outras voltadas para a agricultura familiar. Por intermédio dos dados, é possível perceber mais uma vez a situação de invisibilidade dos jovens, uma vez que muitos deles fazem uso da DAP obtida pelos pais. Também é possível identificar o desconhecimento em relação ao documento, pois mais de 70% dos jovens não informaram sobre a situação que exerciam em relação à DAP, seja por falta de conhecimento, seja por receio. Para esclarecimentos dessa questão são necessárias pesquisas futuras.

Gráfico 1. Situação dos jovens em relação à DAP



Fonte: EMATER-RIO (2020).

5 Treze de trinta responderam esta questão sobre a execução de outras atividades além da pesca.

O fato de os jovens rurais se inserirem precocemente nas atividades da agricultura familiar e da pesca resulta em um ganho também precoce de autonomia. O percentual de 75,31% dos jovens agricultores é composto por produtores, enquanto que 8,64% é composto por administradores da produção e 16,05% Ajudante geral. Na pesca, a maior parte dos jovens atua como ajudante geral, representando 73,33%. No entanto, há expressiva diversidade de funções na área, o que pode possibilitar ao jovem, rotatividade de atribuições e, conseqüentemente, mais experiências.

De acordo com a EMATER-RIO (2020), a atividade com maior ocupação pelos jovens rurais no estado do Rio de Janeiro se concentra na bovinocultura leiteira, sendo responsável por 39% dos atendimentos realizados pela instituição no ano de 2019. Na sequência, aparecem a produção de hortaliças (18%), a cafeicultura (12%) e a fruticultura (10%).

No que tange à fonte de rendas dos jovens, 62,07% dos pescadores possui ganho mensal de um salário mínimo, sendo que 10,34% recebiam menos de um salário mínimo e apenas 3,45% tinha a renda entre quatro e cinco salários. Dos jovens agricultores, 63,89% têm renda de um salário mínimo por mês e 15,28% têm ganho mensal inferior a esse valor.

Os dados em questão seguem a tendência nacional. De acordo com o IBGE (2015), a renda mensal dos jovens brasileiros não ultrapassa dois salários mínimos. Em 2015, esse valor não excedia R\$ 1.800,00 mensais. O percentual de 43,8% recebia de um a dois salários e 8,2%, até um salário mínimo. Além disso, 6,1% da população jovem não possuía rendimento mensal e só 17,9% recebia mais de dois salários. Percebe-se que, transcorridos cinco anos, a tendência no meio rural continua similar à realidade nacional de 2015. Esse contexto aponta para a necessidade de incentivos de geração de emprego e renda, bem como para a urgência da valorização do jovem agricultor.

Segundo o IBGE Educa (2019), para os brasileiros ocupados de 14 anos ou mais, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos era de R\$ 2.308,00, ou seja, pouco mais de dois salários mínimos (R\$ 2.090,00). Já o rendimento médio mensal real proveniente de outras fontes teve o valor médio de R\$ 1.539,00, um pouco abaixo de um salário e meio.

Por fim, é relevante destacar a questão do vínculo dos jovens agricultores com organizações sociais. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 579,5 mil estabelecimentos estão associados a cooperativas, representando aumento de 67,3% em relação ao Censo de 2006. O percentual de 71,2% dos estabelecimentos cooperados é do tipo agricultura familiar, com cerca de 410 mil estabelecimentos.

No universo dos pescadores, 67,86% (19) dos jovens pesquisados têm vínculo com organizações sociais. Contudo ainda há 32,14% (9) não inseridos em instituições coletivas. Na agricultura, o número de jovens que não participam de organização social é ainda maior, alcançando 56% (38). Apenas 44% atuam coletivamente junto a uma instituição.

Se somado o número de jovens pescadores (30) com o de jovens agricultores (105) que responderam às entrevistas (135), cerca de 64% (87) dos jovens rurais pesquisados não indicaram fazer parte de organizações sociais (somando os que indicaram não fazer parte aos que não responderam à questão). Dos 48 jovens (28%) que participam desse tipo de atividade, a maioria (cerca de 60%) faz parte de associações. Na agricultura, existem 75,86% (22) de jovens vinculados à categoria citada.

Ao se observar as duas atividades estudadas (o pescador e a agricultura familiar), nota-se que existe maior organização na primeira, embora a quantidade de entrevistados seja menor. Perguntados sobre a forma de comércio do pescador, dentre os que responderam (28): 27 (96,43%) jovens pescadores informaram comercializar o pescador de maneira individual, e apenas 1 (3,57%) informou realizar a venda de forma coletiva. Dois jovens pescadores não responderam esta questão. Na agricultura, 73 jovens responderam esta questão. Dentre eles: 80,82% (59) comercializam a produção individualmente e 19,18% (14) comercializam coletivamente. Trinta e dois outros não responderam esta questão.

Analisando as informações coletadas, também é possível identificar grande predisposição da comunidade jovem em aderir à cooperativa de pescadores. A iniciativa pode favorecer a comercialização do pescador, que é feita de maneira individual. Importante destacar que a presente pesquisa foi realizada somente no estado do Rio de Janeiro. Em outras localidades, os números podem ser maiores, principalmente nos estados da região Sul do Brasil, onde há maiores percentuais de estabelecimentos rurais associados a organizações sociais, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017.

A organização social, para Mocelin (2009), é uma estratégia importante para promoção do desenvolvimento político de comunidades rurais, pois fortalece as medidas de alcance de objetivos coletivos e possibilita melhora nas condições de produção e de comercialização da agricultura familiar, além de aumentar as oportunidades de acesso a auxílios financeiros e à capacidade de inserção da economia local ao mercado.

Sperry (2010) observou que ações coletivas realizadas por pequenos agricultores filiados a organizações sociais contribuem para a melhoria da renda familiar e da infraestrutura das comunidades, bem como possibilitam que unidades de produção artesanais sejam implantadas e agreguem valor aos produtos. Ele também percebeu que as organizações coletivas podem ajudar na elaboração e implantação de tecnologias alternativas de forma independente. Esses benefícios reafirmam, portanto, a importância da organização política e coletiva das comunidades rurais, em especial entre os jovens, no intuito de gerar desenvolvimento econômico, social e cultural. Por fim, as organizações coletivas contribuem para a melhoria quanto às expectativas de trabalho e renda desses jovens trabalhadores, diminuindo o êxodo rural.

De acordo com autores como Stropasolas (2006), Wanderley (2007), Weisheimer (2009) e Spanevello (2008), a diversidade social da juventude rural evidentemente implica a elaboração de distintos projetos profissionais, que perpassam pelos estudos escolares, pela incorporação no mercado de trabalho e pela sucessão na agricultura familiar. Neste sentido, a realidade dos jovens agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro, quanto à expectativa de vida, baseia-se na busca por melhores condições de subsistência. No entendimento desses jovens, isso se traduz em morar na zona urbana, em especial na capital do Rio de Janeiro. Cria-se, portanto, uma fantasia (muito estimulada pela mídia televisionada) de que o êxodo rural é a única alternativa para a melhoria das condições de vida, para a obtenção de alguma ascensão social e para a conquista de sonhos.

No contexto dos jovens agricultores rurais, o estudo é consequência. No entanto, a maioria deles pretende trabalhar, ganhar dinheiro e adquirir bens materiais. Esses jovens buscam também mais liberdade, visto que a disciplina e a autoridade das figuras paterna e materna são expressivas no seio familiar rural, sobretudo com as mulheres – problemática de gênero. Assim, o jovem rural, tal qual o jovem urbano, almeja ter mais privacidade, opções de lazer e cultura (frequentar bares, casas noturnas, shows e outras opções de

lazer). Em síntese, pode-se afirmar que as expectativas dos jovens rurais estão, na maioria das vezes, associadas à busca por melhores condições de vida, o que os direciona para as cidades. Buscam também a construção de uma identidade sem estigmas, associada ao senso comum e entendida como “normal”.

Cabe refletir sobre os problemas enfrentados pela juventude rural, em especial agricultores e agricultoras familiares e pescadores. É preciso problematizar a carência de escolas nas zonas rurais, bem como a falta de oportunidades de trabalho e a invisibilidade a que estão sujeitos, fato que os impedem de ser protagonistas no campo. Não se pode permitir que esses jovens continuem na invisibilidade por estarem inseridos em uma classe estigmatizada e excluída, com seus direitos muitas vezes desrespeitados (inclusive por vias indiretas), sem educação e emprego, ocupando postos de trabalhos informais (muitas vezes precários) e sem estabilidade nem direitos trabalhistas. Não se pode permitir que a juventude rural seja incapaz de se desvincular de um ciclo geracional de desigualdade social e pobreza.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o perfil do jovem morador do campo no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto foi primordial compreender o que estávamos destacando como jovem e considerar de forma plural o termo “juventude”, o qual deve ser compreendido em toda a sua complexidade, levando em conta questões da idade, ciclos de vida (ritual de passagem entre a fase da infância e a adulta) e as características comportamentais ligadas a diferentes grupos de jovens. Mesmo que para execução da pesquisa tivemos que ater ao critério de idade para realizar o recorte do público alvo dentro do banco de dados selecionado.

Foi possível identificar que a juventude rural do estado do Rio de Janeiro é constituída majoritariamente por trabalhadores(as) de cor preta e parda, com baixa escolaridade e quase nenhuma renda. Além da maioria das vezes serem enfatizados como coadjuvantes, até mesmo junto às políticas públicas destinadas à categoria. Além de serem

estigmatizados em virtude de origens ligadas ao campo, bem como de fatores associados à classe social e à etnia.

É fundamental reiterar a desvalorização sofrida pela juventude rural, mesmo sendo eles os únicos possíveis sucessores das atividades pesqueiras e agrícolas familiares. Só no estado do Rio de Janeiro, mais de 70% da juventude do campo é ligada à agricultura familiar, atividade que possui grande parte dos seus executores na faixa etária adulta e idosa. Reafirmar o lugar do jovem no campo, com ações e políticas públicas sobretudo na área da educação (uma vez que esses jovens em sua maioria possuem baixa escolaridade), é extremamente importante para garantir a sucessão, a manutenção e o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar. Da mesma forma, se faz imperativo a elaboração de iniciativas que gerem emprego e renda para evitar a migração da juventude rural para as cidades. Essas iniciativas devem contemplar também ações que proporcionem lazer, assistência técnica e assistência social para que esses jovens possam exercer suas potencialidades no campo, com a expectativa de vida produtiva e prazerosa, sem que seja necessário para os jovens agricultores familiares e pescadores abandonarem o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

ALVES, E.; MARRA, R. **A persistente migração rural-urbana**. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, ano 18, n. 4, p. 5-17, out./dez. 2009.

BATTESTIN, S. **Ser jovem e ser agricultor**: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal Viçosa, Viçosa, 2009, 206p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – Brasília: Presidência da República, 2015.

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. Texto para Discussão. **Seguro Defeso-Diagnóstico dos problemas enfrentados pelo Programa**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2014.

CASTRO, E. G. de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: PPGAS-MN-UFRJ, 2005, 444p.

CARNEIRO, M. J. CARVALHO, C. A. Ocupação e uso de terras no Brasil a partir do Cadastro Ambiental Rural-CAR. **Revista da APEAESP**, v. 3, 2017. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1082917>. Acesso em: 01 ago. 2020.

CONDE, S. F. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012, 191p.

EMATER-RJ. **A Emater-Rio Trabalhando a Sucessão Rural**. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, sistema PCP Agrogeo, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Relatório econômico**. Brasília: Ipea; IBGE, 2009.

_____. **Atlas da Violência 2017**. IPEA: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30411. Acessado em: 11 de ago. de 2022.

MOCELIN, D. G. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais. In: GEHLEN, I.; MOCELIN, D.G. **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SPERRY, S.. **A importância da organização social para o desenvolvimento da agricultura familiar**. Embrapa Cerrados - Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E): 2010. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/564823>. Acessado em: 17 de jun. de 2021.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.

VIEIRA, R. S. **Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: os jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. **Juventude rural e perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-34.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

,

,